



**História: Debates e Tendências**

ISSN: 1517-2856

[felipeabral@upf.br](mailto:felipeabral@upf.br)

Universidade de Passo Fundo

Brasil

Santos Oliveira, Edileusa; Bittencourt Santos Casimiro, Ana Palmira  
Re(a)presentando" as faces de uma palavra: Breve estudo sobre o conceito  
"representação

História: Debates e Tendências, vol. 8, núm. 2, julio-diciembre, 2008, pp. 398-408  
Universidade de Passo Fundo  
Passo Fundo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456403012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# “Re(a)presentando” as faces de uma palavra: breve estudo sobre o conceito “representação”

Edileusa Santos Oliveira\*  
Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro\*\*

## Resumo

Este texto apresenta um estudo do conceito “representação”, que foi historicizado a fim de compreender não o momento em que foi cunhado, mas o seu percurso nas obras de alguns autores que escreveram sobre conhecimento e/ou memória, como possibilidades de reconstrução do passado. Tais autores escreveram com base na perspectiva do positivismo, do materialismo-dialético e da nova história cultural, entre os séculos XIX e XX. O propósito é conhecer os níveis, os significados e as dimensões de saber que foram representadas por eles.

*Palavras-chave:* Representação. Memória. Conhecimento.

Valendo-se das permissões e possibilidades servidas pela linguagem escrita, no sentido de significar e ressignificar as palavras, o termo “representação” é utilizado para descrever muitos fenômenos artísticos, culturais, psíquicos, sociais, históricos. Algumas vezes apresentada no corpo de terminologias diferentes, a ideia geral sugerida pela semântica da palavra “representação” comparece nos textos poéticos e filosóficos, nos estudos e teorias de muitos autores clássicos e contemporâneos, em especial naqueles que se debruçam sobre a psicologia, a linguagem e as ciências sociais.

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia.

\*\* Doutora em Educação. Docente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia.

Como termo que compõe elementos de determinadas opções teórico-metodológicas no desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas de fenômenos histórico-sociais, o conceito deve ser historicizado, interpretado hermeneuticamente, analisado em suas diversas nuances, com base no olhar e no contexto em que foi utilizado pelos diferentes autores. Essa é a tarefa a que este estudo se propõe.

Entretanto, não se pretende encerrar ou concluir sua “trajetória metamórfica”; antes, intenciona-se contribuir delineando alguns dos seus trechos, pela abordagem das concepções de autores que fizeram uso do termo “representação” ou de vocábulos correlatos em estudos sobre os temas conhecimento e memória. Porém, sendo tão vasta a produção e pesquisa sobre os fenômenos envolvidos nesses temas, seria uma pretensão ingênua querer abarcar todos os autores num texto que já de início se apresenta como uma contribuição num debate que permanecerá em aberto.

Visto isso, deve-se delinear com mais precisão o alcance deste estudo: perceber o sentido atribuído ao termo “representação”, tornado categoria teórica no pensamento científico ocidental no campo das ciências sociais entre os séculos XIX e XX. Deve-se, entretanto, ressaltar que na análise da produção de determinados autores serão feitas referências a estudos inseridos em outras vertentes teóricas ou outras áreas do conhecimento, como a psicossocial e a filosofia, anteriores ou posteriores ao marco temporal definido, mas que de alguma maneira dialogam com a proposta do movimento estudado.

O estudo será encaminhado a partir da produção de alguns autores que escreveram sobre conhecimento e/ou memória como possibilidades de reconstrução do passado e, ainda, daqueles que escreveram da perspectiva do positivismo, do materialismo-dialético e da nova história cultural.

Ao se refletir sobre a dimensão epistemológica da memória e as suas características como fenômeno multimodal, chega-se a uma definição simples à primeira vista, mas bastante significativa em suas implicações. A manifestação da memória seria selecionar, correlacionar e sintetizar imagens referidas a acontecimentos, sentimentos e sensações já ocorridas. Com base nos acontecimentos, sensações e sentimentos que são experimentados, podem-se elaborar imagens ou tornar essas experiências componentes da imaginação. Assim, o ato de lembrar e de esquecer, que se refere à memória, envolve imagens por meio das quais se produzem representações do passado, “evocação presente de algo ausente”.

Portanto, a memória se inscreve no conjunto de processos cognitivos e simbólicos por ser uma atividade de conhecimento cujo objeto são os fatos do tempo passado, atividade que se realiza sobre as representações do passado. Logo, é uma atividade extrassensorial, psíquica e que concatena as suas práticas nas representações dos saberes: os monumentos, documentos, os rituais e celebrações, as performances e demais meios de expressão. Compreendido isso, é possível averiguar como algumas das principais posturas teórico-metodológicas em disputa nos séculos XIX e XX inseriram a

noção de representação em seus debates acerca da memória e/ou do conhecimento.

Antes, porém, é pertinente perceber como a noção, ou o conceito, de “representações” compareceu nas teorias de três importantes filósofos iluministas que também se preocuparam com as questões relacionadas ao conhecimento, ao entendimento, à sensação e à memória: John Locke (1631-1704), filósofo inglês cuja teoria do conhecimento era baseada na negação total do inatismo, defendendo que a mente só adquire ideias pela experiência; David Hume (1711-1776), filósofo empirista inglês, que buscava estabelecer os objetos com os quais o nosso entendimento estava ou não apto a lidar; Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão considerado como o último grande filósofo do início da era moderna, sem dúvida, um dos seus pensadores mais influentes.

Embora herdeiro da concepção de John Locke, para quem o absoluto não é acessível ao entendimento humano, pois é incompatível com sensação – sendo, então, o entendimento um estado finito da substância, ou seja, representações ou ideias simples –, David Hume, em sua explicação da memória, afasta-se das explicações de Locke. Em Locke, sensação e memória são dois tipos de percepção da mente com o mesmo conteúdo, diferindo apenas pelo fato de que na memória existe a ideia – o que é lembrado –, algo que já esteve antes na nossa mente e lhe inferiu marcas, sensações antigas. (LOCKE, 1978). Assim, tudo o que podemos conhecer seriam as percepções da mente.

Para Hume, por sua vez, a mente não é responsável por tornar uma percepção em representação de memória; não pode criar memória simplesmente transformando um tipo de percepção em outro, pois poderia criar falsas memórias. A crítica de Hume à teoria de Locke refere-se à autonomia da mente de produzir percepções como representações da memória.

Para ambos, os elementos descritos como impressões do sentido, representações da memória e ideias da imaginação são percepções da mente. Porém, Hume tenta marcar uma sutil diferença entre esses elementos para que não se confundam lembrar, pensar e perceber. A distinção proposta avalia os três elementos numa escala decrescente, a que ele denominou de “vivacidade” ou “vividez”. (HUME, 2001). Explica-se: as impressões possuem máxima vivacidade; a memória, uma vivacidade mediana, e a imaginação, uma baixa vivacidade. Assim, a memória seria uma faculdade localizada entre a sensação e a imaginação.

David Hume, no século XVIII, pensar a memória num contexto desfavorável, relegada à subjetividade, graças ao princípio racionalista que predominava no pensamento e elaboração teórico-científica no início da Idade Moderna na Europa. Seu pensamento é notável porque recobra a memória como fonte do conhecimento. Para Hume a memória é uma faculdade da mente que, juntamente com a imaginação, relaciona por meio de lembranças as afecções e suas representações, ou seja, as representações são “ideias” nascidas da

experiência que nos fazem chegar às “impressions”, as quais são copiadas pelas faculdades da memória e da imaginação.

O filósofo Immanuel Kant tem como preocupação clarear a razão como juiz do entendimento. No texto *A crítica da razão pura* a questão fundamental é expor a relação de conformidade entre o objeto e a representação. (KANT, 1996). Para ele, a representação significa a síntese da diversidade do que se apresenta; logo, o conhecimento é a síntese de representações. O autor aponta como dimensões do conhecimento a sensibilidade e o entendimento, respectivamente, o acesso aos objetos e o pensar os objetos. São as representações que permitem que os objetos do conhecimento humano cheguem até nós; assim, antecedem as condições em que esses objetos são pensados e devem estar contidas na sensibilidade. O fato do conhecimento são as representações *a priori*, as formas *a priori* da intuição. (KANT, 1996).

O criticismo kantiano traz em si um duplo viés: a razão emancipada permite ampliação ao entendimento humano, pois confere inteligibilidade conceitual aos fenômenos, porém em detrimento das mediações entre essências e aparências, graças à dualidade entre consciência e mundo inserida no método do conhecimento. Dessa forma, a categoria de representação será suspeita de inadequação com a coisa e, paralelamente, permanecem suprimidas as incongruências entre a representação e a coisa.

Feita essa análise, que pretendeu evidenciar que o conceito “representação” já povoava o pensamento filosófico anterior

ao século XIX, segue-se a proposta deste estudo.

## I

Começa-se pelo positivismo, termo inaugurado por Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês conhecido como o “Pai da Sociologia” e do positivismo. No século XVIII, o autor utiliza o termo para designar o pensamento segundo o qual é possível obter resultados claros, objetivos e corretos no estudo de questões relacionadas ao homem por meio de sua cientificação. Os positivistas creem que o conhecimento se explica por si mesmo, necessitando apenas de um estudo metódico capaz de recuperá-lo e demonstrá-lo.

Foi, entretanto, Émile Durkheim (1858-1917), considerado um dos pais da sociologia moderna, fundador da escola francesa de sociologia, no século XIX, quem desenvolveu o positivismo, de forma que essa corrente teórica se estendeu por todo século XX. Ele explicou os fenômenos tendo por elemento básico o “fator social”. Com respeito à sociologia, concebe que as leis penetram no mundo dos fatos sociais com significativa dificuldade. (DURKHEIM, 1983).

Durkheim usou o método de análise de dados etnográficos aplicado numa perspectiva sociológica na sua obra sobre o suicídio. Esse procedimento foi original, do ponto de vista metodológico, na medida em que o manejo de dados etnográficos permite a análise de representações coletivas, que são vistas como representações mentais ou simbólicas, também tidas como imagens da realidade empírica. Em outros

termos, Durkheim empreendeu os traços iniciais da sociologia do conhecimento; sua originalidade consiste em compreender como os indivíduos percebem a realidade e elaboram sua concepção do mundo, ou seja, como representam a realidade.

Segundo ele, não é apenas por meio das verbalizações, mas também pela forma como organizam a vida social, que é composta por mediações empíricas e ideológicas. O autor afirma que a sociedade existe antes da concepção do ser individual. A noção de organização social entre os homens sempre existiu, constituindo o que Durkheim chama de “consciência coletiva”, que é exatamente essa visão de um todo social. (DURKHEIM, 1994).

A ideia durkeimiana de “forças coletivas” ou de “ideais” apenas atribui sentido às sociedades ao se libertarem delas para assumir uma “outra natureza”, isto é, quando se reconhece que têm por causas outras representações coletivas, não esta ou aquela característica da estrutura social. (DURKHEIM, 1983). No seu pensamento, a organização central é a sociedade, possível de ser assimilada pelos fatos sociais. Dela provêm os efeitos coercitivos sobre indivíduos e grupos, como fenômenos de consciência coletiva, e suas manifestações concretas, que são as “representações coletivas” (uma forma de representação do mundo, ou, mesmo, uma forma de concepção do mundo), a matéria da sociologia.

Resgatando o conceito de representações coletivas proposto por Émile Durkheim, Serge Moscovici (2003), autor de importante obra para a psicologia, a história e as ciências sociais, desenvolveu

trabalhos em que apresenta sua teoria das representações sociais, que tem influenciado europeus e americanos. O autor desenvolve um aprimorado estudo sobre pensamento primitivo, senso comum e ciência, práticas mentais e sociais que, segundo o autor, são formas de representação; nunca a realidade, mas representações dela. Para ele a dinâmica entre o indivíduo e a coletividade se dá em função das representações.

Moscovici, psicólogo social nascido na Romênia em 1928, já no final da década de 1950 se preocupou com o tema das representações sociais, pois se debruçou sobre o poder das ideias de senso comum, ou seja, sobre como e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum de como eles transformam ideias em práticas. O autor usa um conceito psicossocial, “representação social” (representações são construções dos sujeitos quando elaboram o conhecimento de forma compartilhada), categoria advinda do conceito de “representação coletiva” de Durkheim (representação surge como reprodução social, considerando somente os aspectos sociológicos do pensamento).

Entretanto, diferentemente de Durkheim, Moscovici quer encontrar nos atos psíquicos (individuais) origens sociais e deseja compreender a construção social da realidade unindo numa explicação dimensões cognitivas e sociais. Assim, sugerir uma continuidade entre representações individuais e coletivas. Defende a tese durkheimiana sobre a separação entre representações individuais e coletivas, mas aponta um problema nas singularidades,

explicando que as representações coletivas tratam de fenômenos gerais, que são relacionados às práticas ou realidades que não são gerais. A substituição do termo “coletivas” por “sociais” marca, assim, a original diferença estabelecida em relação a Durkheim. A base do argumento foi, de um lado, o estabelecimento das fraturas existentes nas “forças coletivas” e, de outro, a maneira pela qual essas fraturas impactam diversamente no cotidiano de grupos e indivíduos.

Para Moscovici, as representações nunca seriam de “outra natureza”, mas da natureza mesma dos grupos sociais que as criam; logo, sua eficácia, tanto prática como simbólica, dependeria dessa inserção e não poderia jamais ter um sentido universal. Com este argumento Moscovici acabou por demonstrar que as representações não derivam de uma única sociedade, ultrapassando-a, como insistiu Durkheim, mas das diversas sociedades que existem no interior da sociedade maior; portanto, não podem ultrapassá-la. Moscovici afirma que as representações individuais e coletivas podem guardar um sentido geral que ultrapassa a sociedade que as viu nascer, ainda que sejam localizáveis social e historicamente. Este sentido atende pelo nome conceitual de *themata*.

O conceito de *themata* é um desdobramento teórico-epistemológico do conceito de representações sociais. O autor inicia sua análise afirmando que as representações sociais necessitam do referencial de um pensamento preexistente. A importância dessa discussão se evidencia quando reconhecemos que estudos empíricos no

campo da teoria das representações sociais apresentam certa incapacidade de passar da micro à macrossociedade. O conceito retoma o debate em torno da “autonomia do universo ideológico”. As ideias (individuais ou coletivas) teriam como pressuposto “outras ideias” sociais, ou seja, a existência de temas gerais que confirmam sentidos a toda pluralidade social. Nesse sentido, pouco importaria se as representações são coletivas ou sociais, pois todo o problema residiria em saber se elas revelam ou não a presença de *themata*.

Registradas essas contribuições, que demonstram uma movimentação, ou melhor, uma transformação do sentido de “representação” proposto por um sociólogo adepto da escola positivista, a partir da apropriação do termo por outra área da ciência social, segue-se a análise no campo do pensamento marxista.

## II

No pensamento marxista, o conceito de ideologia como “representação da relação imaginária com a realidade” oferece importante recurso de análise. Karel Kosik (1926-2003), filósofo checo de tradição marxista, em *A dialética do concreto* analisa a mistificação do conhecimento contemporaneamente, argumentando que a realidade, chamada por ele de “coisa em si”, é formada de múltiplos aspectos e que o seu conhecimento, que tem um caráter totalizante, depende da unidade dialética entre aparência e essência desta realidade. (KOSIK, 1976). O pensamento dialético faz uma distinção entre representação (aparência) e conceito (essência) da “coisa” (realidade); haveria, ao mesmo tempo,

duas formas, ou graus, de conhecimento da realidade, correspondentes às duas qualidades da práxis humana.

A essência não é inerte, pois manifesta-se no fenômeno, de modo parcial. O fenômeno (a parte da realidade imediatamente observável) indica algo que não é ele mesmo. O essencial, que não se dá diretamente, manifesta-se em algo diferente daquilo que é. A atividade do fenômeno é revelar a essência. O mundo fenomênico tem estrutura própria, que pode ser revelada e descrita, mas sua estrutura não capta a relação entre o mundo fenomênico e a essência. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a “coisa em si” se manifesta naquele fenômeno e, ao mesmo tempo, nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. (KOSIK, 1976, p. 16).

Kosik explica que a primeira atitude do homem perante a realidade não é investigativa ou examinatória, mas um exercício prático-sensível do qual surgirá imediatamente uma intuição prática da realidade. Em suas palavras, “o indivíduo cria suas próprias representações das coisas (pensamento comum) e elabora um sistema correlativo de noções, que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade”. (p. 14).

A “coisa em si”, de que trata a dialética, não se manifesta imediatamente ao homem, à sua compreensão. De imediato, veem-se as formas fenomênicas da realidade, “a existência real”, que são diferentes, ou mesmo contraditórias à “lei do fenômeno”, ou seja, a estrutura da coisa, com seu núcleo interno essencial.

Os fenômenos cotidianos e comuns da existência humana penetram na consciência dos indivíduos com seu aspecto de natural e constituem o mundo da pseudoconcreticidade, aspecto fenomênico visto e considerado a essência da coisa, do qual fazem parte as representações comuns, projeções dos fenômenos externos na consciência do homem. Aí se dá a práxis utilitária do homem – representação e uso das coisas –, que lhe dá condições de orientar-se no mundo, mas não de compreendê-lo em sua realidade. Nessa práxis unilateral e fragmentária dos indivíduos formam-se o ambiente material e a atmosfera espiritual, onde se fixa a aparência superficial da realidade. A práxis revolucionária da humanidade, ao contrário, busca o “conceito”, a compreensão da “coisa”, somente possível por meio do conhecimento da estrutura.

A realidade é a unidade do fenômeno e da essência, ao passo que a irrealidade se dá quando uma das dimensões, isoladamente, é considerada a única realidade. Assim, a diferença entre fenômeno e essência não está no fato de serem reais ou irreais, mas na forma como se manifestam e como são apreendidos (de forma imediata ou reflexiva). Segundo Kosik, o fenômeno é pseudoconcreto em razão da sua existência independente; não é negado como existência e objetividade, mas como fenômeno que se pretende independente, porém, na verdade, é fenômeno derivado. Isso é o que se prova por meio do pensamento dialético, que destrói sua pseudoconcreticidade. (p. 21).

Assim, a dialética não considera como algo original e independente o mun-

do das representações, os produtos fixados e o conjunto do mundo material reificado; não os aceita em seu aspecto imediato, mas submete-os a exame que comprove seu caráter de fenômeno derivado, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade. Sobre isso Karl Marx considerou que os homens não apreendem diferente e imediatamente a realidade, suas conexões, sua estrutura, pois “todas as ciências seriam supérfluas se a forma fenomênica e a essência coincidissem diretamente” e completamente.

Amparado pela teoria marxista, o autor define a categoria “representação” como “senso comum”, “mundo da aparência”, “práxis utilitária cotidiana”, resultando da reprodução dos fenômenos na mente. A representação, no pensamento dialético, não é uma qualidade natural da “coisa”, da realidade, mas “a projeção na consciência do sujeito de determinadas condições históricas petrificadas”. (p. 19). Portanto, é contrária ao “conceito”, que é a “coisa em si”, o mundo da realidade.

O pensamento crítico dialético, que se propõe compreender a “coisa em si”, perguntando-se como é possível compreender a realidade, é oposto à sistematização doutrinária e à romantização das representações. O pensamento dialético destrói a pseudoconcreticidade ao decompor o todo, o que Kosik denomina de “cisão do único”, ou seja, separação entre fenômeno e essência, distinção entre representação e conceito, para atingir a concreticidade. Por trás da aparência externa do fenômeno se desvela sua lei. “Por trás do movimento visível, o movimento real interno.” (p. 20).

Portanto, o pensamento não pode captar a “coisa em si” por meio da sua representação, mas pela “cisão do único”. Porém, separar o secundário do essencial não significa repelir e excluir o secundário como irreal, pois o seu caráter fenomênico é revelado diante da verdade essencial. (p. 18). A filosofia e a ciência são úteis porque buscam descobrir o modo de ser do existente, pois a essência e a aparência fenomênica não coincidem diretamente.

### III

Opondo-se à dominação da escola positivista e questionando a excessiva preocupação econômica que marcava a escola marxista naquele período, uma nova tendência da historiografia francesa exprime-se, discretamente, na *Revista de Síntese* durante a década de 1920 e, mais francamente, na revista *Les Annales* na de 1930.

Os Annales, movimento que incentivava várias inovações no âmbito da metodologia da pesquisa histórica, agrupava diversas matrizes teórico-metodológicas. (BURKE, 1997). A “terceira geração” dos Annales, chamada “nova história” ou “história cultural”, teve por principais características o policentrismo e a abertura das fronteiras da história. Como afirma o historiador Peter Burke, a nova história caracteriza-se por não possuir uma concepção homogênea em termos teórico-metodológicos. (OLIVEIRA; CASIMIRO, 2007). Essa flexibilidade permite o estudo histórico na área do conhecimento e memória, e os historiadores culturais preocupam-se com as “representações” e as “práticas”, os dois aspectos característicos da nova história,

segundo um de seus líderes, Roger Chartier. (1990).

Em reação à acelerada mudança cultural que ameaça as identidades, ao separar o que somos do que fomos, vemos um crescente interesse pela história da memória, uma importante forma de nova história em expansão, descrita como “memória social” ou “memória cultural”. (BURKE, 2005). Estamos no início do século XX, e esse movimento, lançado sob a bandeira da “nova história”, defende que a história inclui qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou desde o seu surgimento sobre a Terra.

A expressão “nova história cultural” entrou em uso no final da década de 1980 e se transformou na forma dominante de história praticada hoje. Nela, um aspecto importante é reservado para o estudo das representações, graças ao interesse pelo papel da imaginação, pelos elementos oriundos de pinturas, contos populares e rituais. Na fala de Burke, muitas formas de representação (literárias, visuais ou mentais) foram estudadas nas últimas duas ou três décadas. O termo “representação”, um conceito central da nova história cultural, parece significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social. Essa alusão causou um desconforto em muitos historiadores, levando-os a pensar e falar em construção ou produção da realidade. (BURKE, 2005).

A representação, aqui, dá ênfase às mentalidades, suposições e sentimentos e é utilizada em conformidade com a história da memória. Dentre seus teóricos mais im-

portantes estão Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

Pierre Bourdieu considerou a “história das representações”, ou, como se tornou comum, “construção” ou “produção” da realidade por meio das representações. (apud BURKE, 2005, p. 84). Seu pensamento é chamado de “estruturalismo construtivista”, por admitir que existem no mundo social estruturas objetivas que podem coagir à ação e à representação dos indivíduos, mas que estes, no seu cotidiano, podem transformar ou conservar tais estruturas. Nota-se que tenta fugir da dicotomia subjetivismo/objetivismo dentro das ciências humanas, admitindo que os momentos objetivo e subjetivo das relações sociais estão numa relação dialética, que não é expressa totalmente na realidade que se nos apresenta.

O conceito de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. O *habitus*, constituído pelo poder simbólico, é o princípio produtor e gerador das representações. Para o autor, as representações são incorporadas como um sinal e uma manifestação do coletivo nos indivíduos; são relevantes para a auto-organização objetivo-subjetiva dos sujeitos na sua ação prática, visto que expressam a sua compreensão a partir da observação real. (BOURDIEU, 2004).

É importante informar que Bourdieu aborda as representações, em diálogo com Durkheim, como formas de classificação social. Porém, não se limita à gênese das

classificações sociais; antes, aprofunda sua análise à relação mantida por essas classificações com as divisões sociais. O autor comprehende que há uma relação de correspondência, alternando a composição das classificações com as posições sociais ocupadas pelos agentes.

#### IV

De todas as contribuições citadas neste estudo uma merece destaque no que tange ao desenvolvimento da pesquisa histórica que tem como fonte a memória como possibilidade de reconstrução do passado: o pensamento dialético presente na obra de Karel Kosik, seu entendimento e uso do conceito “representação”. O método dialético tem muito a contribuir, sobretudo por estar baseado no movimento global do conhecimento, que parte do empírico, de um problema que precisa ser resolvido, para alcançar a sua dimensão epistêmica e, em seguida, retornar ao objeto, que será percebido de outra forma. Pelas suas qualidades metodológicas, o materialismo dialético permite compreender amplamente a realidade do objeto investigado, posto que permite pensá-lo por meio das seguintes categorias de análise: forma e conteúdo, essência e aparência, parte e todo, “coisa em si” e “representação”. Como essas dimensões se movimentam entre si, o pesquisador deverá descobrir como se relacionam, se combinam e se contradizem.

A história de um conceito não se refere ao seu aperfeiçoamento, progresso ou desenvolvimento, como se fosse possível alcançar uma teleologia única e singular capaz de defini-lo. Refere-se, sim, aos seus

muitos usos, definidos pelos muitos sentidos que assume em variados campos teóricos em que se faz presente.

Ao se historicizar um conceito, ainda que seja buscado o momento em que foi cunhado, deve-se compreender que o fenômeno que representa não tem origem, necessariamente, neste mesmo instante. Os conceitos são formulados para representar fenômenos geralmente anteriores à sua formulação. No caso do presente estudo, o conceito “representação” não está descrito desde seu surgimento como palavra, tampouco foi exaurida toda sua trajetória de usos e significados, mesmo porque o propósito do estudo não se inscreveu nessa pretensão.

Analisa-se o percurso do conceito a fim de conhecer os níveis em que este foi colocado, os significados que lhe foram atribuídos, as dimensões de saber que foram representadas por ele nas obras de alguns autores entre os séculos XIX e XX. São noções que só nos são possíveis quando compreendemos suas composições, formas de análise e interpretação.

*“(Re)presenting” the faces of a word:  
a brief study on the concept of  
“representation”*

#### Abstract

This text presents a study of the concept of “representation”, which was historicized in order to understand, not the moment that it was coined, but its course in the works of some authors, who wrote about knowledge and/or memory, as possibilities of past

reconstruction. The ones who have written from a Positivism, Dialetical-materialism, and New Cultural History perspective, between XIX and XX centuries. The purpose of this article is to get acquainted with the levels, meanings and dimensions of knowledge that were represented by him.

**Key words:** Representation. Memory. Knowledge.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. Estrutura, *habitus* e prática. In: *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales* (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O que é história cultural?* (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. (Trad.). Lisboa: Difel, 1990.
- COMTE, Augusto. *Curso de filosofia positiva*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).

\_\_\_\_\_. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994.

HUME, David. *Tratado da natureza humana*. São Paulo: Unesp, 2001.

OLIVEIRA, Edileusa Santos; CASIMIRO, Ana Palmira B. Santos. Os Annales por Peter Burke - uma visão larga e profunda. *Histedbr* on-line, Campinas, n. 25, p. 268-270, mar. 2007.

KANT, Immanuel. *A crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Petrópolis: Paz e Terra, 1976.

LOCKE. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.